

Deutsche  
Sparkassen  
Leasing do Brasil  
S.A. - Sociedade  
de Arrendamento  
Mercantil

**Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup> as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. Sociedade de Arrendamento Mercantil, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à resolução 3.040 de 2002.

Durante o exercício de 2018 a Instituição conseguiu mais uma vez obter bons resultados apesar do ambiente econômico turbulento pelo o qual o país vem atravessando, sendo capaz de aumentar a sua carteira de arrendamento de forma significativa assim como melhorar as sua diversificação, fechando o período com um montante de R\$ 156 milhões com 230 contratos ativos, ante os R\$ 79 milhões e 91 contratos de 2017.

Em 30 de junho de 2018 a Instituição apurou um prejuízo de R\$ 463 que é inferior ao prejuízo para o mesmo período do ano anterior, o que demonstra que o incremento de suas operações caminha para a geração de resultados positivos.

### Principais indicadores

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativos Totais	234.531	116.379
Carteira de Arrendamento	156.553	79.026
Resultado do Semestre	(463)	(624)
Patrimônio Líquido	36.790	38.835
Índice de Basileia II	18,23%	37,44%

### Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

**São Paulo, 27 de agosto de 2018.**

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. – Sociedade de Arrendamento  
Mercantil**

São Paulo - SP

## Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. – Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

## Base para opinião com ressalva

A Leasing registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica “provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação”, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3g e 6. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6



Carlos Massao Takauthi  
Contador CRC 1SP206103/O-4

# DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A. - SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

## Balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>10.432</b>	<b>12.293</b>	<b>Circulante</b>		<b>43.562</b>	<b>17.872</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 e 5</b>	<b>7.021</b>	<b>8.035</b>	<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>11</b>	<b>29.452</b>	<b>11.260</b>
Depósitos bancários		7.021	152	Empréstimos Internos		15.537	5.840
Aplicações financeiras		-	7.883	Empréstimos Externos		13.915	5.420
<b>Operação de arrendamento mercantil</b>	<b>6 e 7</b>	<b>(619)</b>	<b>(34)</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>12 e 13</b>	<b>14.110</b>	<b>6.612</b>
Operação de arrendamento a receber - setor privado		56.861	27.514	Fiscais e previdenciárias		2.428	877
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(56.561)	(27.367)	Diversas		11.682	5.735
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(919)	(181)				
<b>Outros créditos</b>	<b>8</b>	<b>3.842</b>	<b>4.258</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>154.179</b>	<b>59.672</b>
Diversos		3.869	4.258				
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa		(27)	-	<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>11</b>	<b>87.256</b>	<b>35.995</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>188</b>	<b>34</b>	Obrigações por empréstimos internos		43.333	15.970
Despesas antecipadas		34	34	Obrigações por empréstimos externos		43.923	20.025
Bens não de uso		154	-	<b>Outras obrigações</b>	<b>12 e 13</b>	<b>66.923</b>	<b>23.677</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>3.325</b>	<b>1.149</b>	Fiscais e previdenciárias		3.687	1.291
<b>Operação de arrendamento mercantil</b>	<b>6 e 7</b>	<b>(362)</b>	<b>(142)</b>	Diversas		63.236	22.386
Operação de arrendamento a receber - setor privado		135.168	73.858	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>36.790</b>	<b>38.835</b>
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(135.168)	(73.858)	Capital		38.599	38.599
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(362)	(142)	Prejuízo acumulado / Reserva de lucros		(1.809)	236
<b>Outros créditos</b>		<b>3.687</b>	<b>1.291</b>				
Diversos	<b>8</b>	3.687	1.291				
<b>Permanente</b>		<b>220.774</b>	<b>102.937</b>				
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>9</b>	<b>219.489</b>	<b>101.265</b>				
Bens arrendados		218.175	102.424				
Superveniência de depreciação		22.896	7.665				
Depreciações acumuladas		(21.582)	(8.824)				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>1.285</b>	<b>1.672</b>				
Bens de uso próprio		2.331	2.280				
Depreciações acumuladas		(1.046)	(608)				
<b>Total do ativo</b>		<b>234.531</b>	<b>116.379</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>234.531</b>	<b>116.379</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

**Demonstração dos resultados**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Nota</u>		
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>23.944</b>	<b>13.898</b>
Resultado de operações de arrendamento mercantil	16a	23.863	13.377
Resultado com títulos e valores mobiliários	16b	81	521
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(19.512)</b>	<b>(10.365)</b>
Despesas de Captação		(9.273)	(3.768)
Operações de arrendamento mercantil	16a	(9.671)	(6.415)
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7 e 8 item d	(568)	(182)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>4.432</b>	<b>3.533</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(4.853)</b>	<b>(4.444)</b>
Receita de prestação de serviços		117	36
Despesa de pessoal	16c	(2.622)	(2.529)
Outras despesas administrativas	16d	(2.162)	(1.894)
Despesas tributárias	16e	(689)	(355)
Outras despesas operacionais		(227)	(215)
Outras receitas operacionais	16f	730	513
<b>Resultado operacional</b>		<b>(421)</b>	<b>(911)</b>
<b>Receitas(despesas) não operacionais</b>		<b>(42)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>(463)</b>	<b>(911)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-</b>	<b>287</b>
Contribuição social		-	(54)
Imposto de renda diferido	13	(2.721)	(1.575)
Ativo fiscal diferido	13	2.721	1.916
<b>Prejuízo líquido no semestre</b>		<b><u>(463)</u></b>	<b><u>(624)</u></b>
<b>Nro. de ações</b>	<b>14</b>	<b>38.598.986</b>	<b>38.598.986</b>
<b>Prejuízo líquido por ação</b>		<b>(0,01200)</b>	<b>(0,01617)</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

## DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A. - SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro 2016</b>	<b>38.599</b>	<b>256</b>	<b>604</b>	-	<b>39.459</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	(624)	(624)
Compensação do Prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	(20)	(604)	624	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2017</b>	<b>38.599</b>	<b>236</b>	-	-	<b>38.835</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2017</b>	38.599	-	-	(1.346)	37.253
Prejuízo do semestre				(463)	(463)
Compensação do prejuízo:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>	<b>38.599</b>	-	-	<b>(1.809)</b>	<b>36.790</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(463)</b>	<b>(911)</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	568	182
Depreciação	6.821	5.160
Superveniência de depreciação	(10.917)	(6.300)
Imposto de renda - valores diferidos	(2.721)	(1.575)
Crédito tributário	2.721	1.916
Contribuição social - correntes	-	(54)
<b>Prejuízo ajustado</b>	<b>(3.991)</b>	<b>(1.582)</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>	<b>(37.023)</b>	<b>(45.889)</b>
Operações de arrendamento mercantil	(49.999)	(42.708)
Outros créditos	13.065	(3.181)
Outros valores e bens	(89)	-
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(6.547)</b>	<b>1.583</b>
Outras obrigações	(6.547)	1.583
<b>Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(47.561)</b>	<b>(45.888)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição de bens de uso	-	(19)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos	45.153	38.261
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>45.153</b>	<b>38.261</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.408)</b>	<b>(7.646)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre/exercício	9.429	15.681
No fim do semestre/exercício	7.021	8.035
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.408)</b>	<b>(7.646)</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades).

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em junho de 2015.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Desta forma a instituição na elaboração das demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008

CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008

CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 3.750 - 30/06/2009

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011

CPC 24 - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009

CPC 33 - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 25/06/2015 com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, foram aprovadas pela administração em 27 de agosto de 2018.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### **a. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira, incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas a operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

#### **b. Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata die” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

#### **c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08.

#### **d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários**

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

#### **e. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### **f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

**g. Operações de arrendamento mercantil**

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.  
A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.
- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do 1.o semestre de 2018 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 10.917 (R\$ 6.300 em 2017). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 30 de junho de 2018 é de R\$ 22.896 (R\$ 7.665 em 2017). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.

- **Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:**  
A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

**h. Imobilizado de uso e intangível**

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A espera utilizar o ativo.

**i. Empréstimos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

**j. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- A partir do primeiro semestre de 2017, a Instituição passou a constituir crédito tributário de imposto de renda (25%) sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A Instituição não constituiu nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 nenhum outro crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias.

**k. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

**4 Disponibilidades**

	30/06/2018	30/06/2017
Bancos Conta Movimento	7.021	152

**5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	-	-	-	7.883

A Instituição optou por deixar todos os seus recursos em conta corrente. No primeiro semestre de 2017 possuía aplicações interfinanceiras de liquidez e vencimento imediatos junto ao Banco Itaú-Unibanco, com taxas entre 98% e 100% da variação CDI.

**6 Operações de arrendamento mercantil**

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
<b>Arrendamento Financeiro</b>	<b>156.553</b>	<b>79.026</b>
Arrendamentos a Receber	88.336	71.947
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(88.036)	(71.800)
Valores Residuais a Realizar	103.693	29.425
Valores Residuais a Balancear	(103.693)	(29.425)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	218.175	102.424
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(21.582)	(8.824)
Superveniência de Depreciação	22.896	7.665
Credores por Antecipação de VRG	(63.236)	(22.386)
<b>Total da Carteira de Arrendamento</b>	<b>156.553</b>	<b>79.026</b>

**a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:**

Setor Privado	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses		
				30/06/2018	30/06/2017
Indústria	10.942	23.077	58.340	92.359	55.514
Comércio	735	2.242	5.271	8.248	4.069
Serviços	6.803	11.890	37.253	55.946	19.443
<b>Total</b>	<b>18.480</b>	<b>37.209</b>	<b>100.864</b>	<b>156.553</b>	<b>79.026</b>

**b. Concentração de Crédito**

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	56.601	36%	52.238	66%
20 Maiores Seguintes	40.435	26%	19.774	25%
Demais Devedores	59.517	38%	7.014	9%
<b>Total</b>	<b>156.553</b>	<b>100%</b>	<b>79.026</b>	<b>100%</b>

**c. Composição da Carteira por tipo de equipamento**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Máquinas e equipamentos	125.724	45.957
Veículos e afins	30.829	33.069
<b>Total</b>	<b>156.553</b>	<b>79.026</b>

**d. Composição da Carteira por moeda e indexador**

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%
Contratos em reais prefixados	98.187	63%	51.712	65%
Contratos em euros prefixados	58.366	37%	27.314	35%
<b>Total</b>	<b>156.553</b>	<b>100%</b>	<b>79.026</b>	<b>100%</b>

## 7 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99, em 30 de junho de 2018 estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	30/06/2018 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	30/06/2017 Valor da Provisão
AA	0,0%	62.307	-	40.287	-
A	0,5%	73.394	367	31.392	157
B	1,0%	18.163	182	6.368	64
C	3,0%	280	8	815	24
D	10,0%	1.417	142	96	10
F	50,0%	559	279	-	-
G	70,0%	433	303	-	-
H	100,0%	-	-	68	68
<b>Total</b>		<b>156.553</b>	<b>1.281</b>	<b>79.026</b>	<b>323</b>

### Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>721</b>	<b>141</b>
Constituição Líquida de provisão	560	182
Baixa para Prejuízo	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>1.281</b>	<b>323</b>

A Instituição não teve créditos recuperados, baixas para prejuízo ou contratos renegociados, nos semestres findos em 30/06/2018 e 30/06/2017.

## 8 Outros créditos

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	1.051	2.922
Créditos Tributários (b)	5.724	1.916
Impostos a Compensar	281	270
Locadora DL do Brasil (c)	282	86
Créditos com característica de concessão de crédito	27	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (d)	(27)	-
Outros	191	355
<b>Total</b>	<b>7.529</b>	<b>5.549</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>3.842</b>	<b>4.258</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.687</b>	<b>1.291</b>

- (a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.  
(b) Vide nota 13  
(c) Valor a receber a título de reembolso de despesas compartilhadas.  
(d) Provisão constituída sobre outros créditos com característica de concessão de crédito com impacto de R\$ 8 no resultado do primeiro semestre de 2018.

## 9 Imobilizado de arrendamento

Descrição	30/06/2018			30/06/2017		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	136.533	(17.151)	119.382	61.231	(7.518)	53.713
Veículos	81.642	(4.431)	77.211	41.193	(1.306)	39.887
Superveniência de Depreciação	-	-	22.896	-	-	7.665
<b>Total</b>	<b>218.175</b>	<b>(21.582)</b>	<b>219.489</b>	<b>102.424</b>	<b>(8.824)</b>	<b>101.265</b>

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

## 10 Imobilizado de uso

Descrição	30/06/2018			30/06/2017		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	735	(347)	388	735	(200)	535
Móveis e Equipos	283	(69)	214	283	(41)	242
Equipos de Informática	100	(46)	54	100	(82)	18
Veículos	924	(444)	480	873	(259)	614
Software	289	(140)	149	289	(26)	263
<b>Total</b>	<b>2.331</b>	<b>(1.046)</b>	<b>1.285</b>	<b>2.280</b>	<b>(608)</b>	<b>1.672</b>

## 11 Obrigações por empréstimos e financiamentos

Descrição	Até 3	De 3 a 12	Acima de	30/06/2018	30/06/2017
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Empréstimos - No País (a)	3.689	11.848	43.333	58.870	21.810
Empréstimos - No Exterior (b)	3.473	10.442	43.923	57.838	25.445
<b>Total</b>	<b>7.162</b>	<b>22.290</b>	<b>87.256</b>	<b>116.708</b>	<b>47.255</b>

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,64% a.a. (13,07% a.a. em 2017) e vencimento final em junho de 2023 (novembro de 2022 em 2017).

(b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. com juros pré-fixados variando entre 0,87% e 1,20% a.a. (0,86% e 1,20% a.a. em 2017) e com vencimento final em fevereiro de 2024 (fevereiro de 2024 em 2017).

## 12 Outras obrigações

### a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	54
Provisão para Imposto de Renda Diferido (a)	5.724	1.916
Impostos e contribuições s/salários	136	122
COFINS a Pagar	48	32
ISS a Pagar	199	33
Outros	8	11
	<u>6.115</u>	<u>2.168</u>
<b>Total</b>	<b>6.115</b>	<b>2.168</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>2.428</b>	<b>877</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.687</b>	<b>1.291</b>

(a) Vide nota 13.

### b) Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Fornecedores	1.138	999
Despesa com Pessoal	1.070	529
Adiantamento de Clientes	9.051	3.941
Credores por Antecipação de Valor Residual	63.236	22.386
Serviços de terceiros	423	210
Outros	-	56
	<u>74.918</u>	<u>28.121</u>
<b>Total</b>	<b>74.918</b>	<b>28.121</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>11.682</b>	<b>5.735</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>63.236</b>	<b>22.386</b>

### 13 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o Lucro</b>	<b>(463)</b>	<b>(463)</b>	<b>(911)</b>	<b>(911)</b>
Exclusão da superveniência de depreciação	(10.885)	-	(6.300)	-
Adição (exclusão) de variação cambial	-	-	493	493
Ajuste da depreciação de bens arrendados	(5.241)	(5.241)	610	610
Outras adições temporárias	628	628	-	-
Outras adições não temporárias	67	67	11	11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	568	568	182	182
<b>Base de cálculo (prejuízo fiscal)</b>	<b>(15.326)</b>	<b>(4.441)</b>	<b>(5.915)</b>	<b>385</b>
Compensação de base negativa				(116)
Base de cálculo após compensações				269
Alíquota de imposto				20%
Imposto devido				54

A instituição constitui uma obrigação fiscal diferida sobre a exclusão temporária de superveniência de depreciação, assim como passou a adotar a partir do primeiro semestre de 2017 a prerrogativa de constituir também um crédito tributário de igual montante sobre os prejuízos fiscais gerados pela exclusão, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo em 30/06/2018</b>
<b>Crédito tributário</b>	3.003	2.721	-	5.724
<b>Obrigação fiscal diferida</b>	(3.003)	(2.721)	-	(5.724)

O crédito tributário da Instituição foi constituído até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes e, portanto, dispensa estudo técnico de realização.

Conservadoramente a Instituição não constituiu crédito tributário sobre suas adições temporárias cuja base seria R\$ 2.540 (2017 - 2.102), prejuízos fiscais acumulados de R\$ 9.293 (2017 - 2.621) e base negativa acumulada de contribuição social de R\$ 9.361 (2017 - 2.958).

## 14 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O Capital Social é de R\$ 38.599 e está representado por 38.598.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	95	36.669.036	36.669
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	1.929.950	1.930
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>38.598.986</b>	<b>38.599</b>

### b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

### c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2018 e 2017 não houve distribuição de dividendos.

## 15 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, os membros do conselho deliberativo e diretoria executiva, assim como pelos membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

## Transações com partes relacionadas

O resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 3750/2009, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
<b>Obrigs Por Empréstimo no Exterior</b>				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 11)	(57.838)	(25.445)	(7.079)	(2.969)
<b>Outros Créditos</b>				
Locadora DL do Brasil	282	86	548	325

### a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 641 no primeiro semestre de 2018 (R\$ 762 em 2017).

## 16 Composição das principais contas de resultado

### a. Resultado de arrendamento mercantil

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
<b>Resultado de operações de arrendamento mercantil</b>	<b>23.863</b>	<b>13.377</b>
Rendas de arrendamento - rec. interno	9.097	5.899
Rendas de arrendamento - rec. externo	3.849	830
Superveniência de depreciação	10.917	6.648
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>(9.671)</b>	<b>(6.415)</b>
Depreciação de Bens Arrendados	(6.602)	(4.947)
Insuficiência de Depreciação	-	(348)
Varição Cambial	(3.032)	(1.115)
Outras despesas de arrendamento	(37)	(5)
<b>Resultado Líquido da Operação de Arrendamento Mercantil</b>	<b>14.192</b>	<b>6.962</b>

### b. Resultado de títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	81	521
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>521</b>

**c. Despesas com pessoal**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Salários	1.163	1.122
Bônus	336	-
Encargos trabalhistas	490	542
Férias e 13.o salário	249	437
Assistência Médica e Odontológica	261	270
Seleção e treinamento	9	8
Outras despesas de pessoal	114	150
<b>Total</b>	<b>2.622</b>	<b>2.529</b>

**d. Outras Despesas Administrativas**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Aluguéis e Condomínio	443	420
Manutenção e conservação	112	37
Processamento de dados	316	230
Serviços do sistema financeiro	105	131
Serviços de terceiros	58	51
Serviços técnicos especializados	637	749
Despesas de transportes	73	58
Despesas com publicações	39	43
Despesas com viagens	162	21
Despesas com telefonia	49	39
Outras despesas administrativas	168	115
<b>Total</b>	<b>2.162</b>	<b>1.894</b>

**e. Despesas tributárias**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
ISS	417	135
PIS	38	31
COFINS	234	189
<b>Total</b>	<b>689</b>	<b>355</b>

**f. Outras Receitas Operacionais**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Ressarcimento de despesas	563	333
Descontos obtidos	82	138
Outras	85	42
<b>Total</b>	<b>730</b>	<b>513</b>

## 17 Outras informações

- a. A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.
- b. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre findo em 30 de junho de 2018, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- c. A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do exercício findo em 30 de junho de 2018.
- d. A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 8,625%. O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 30 de junho de 2018 é de 18,23% para o índice básico e 17,12% para o índice amplo; em 2017 os índices eram de 37,44% e 27,55% respectivamente.
- e. A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:
  - i. **Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3.380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.
  - ii. **Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.
  - iii. **Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

- iv. Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.
- f.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

\* \* \*

Renato Di Chiara  
Diretor Presidente

Matheus Canhoto Gera  
Diretor Vice-Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto  
Contador  
CRC 1SP143431/O-3